

COMITÊ ESTADUAL
DE PREVENÇÃO
DA MORTALIDADE
MATerna,
INFANTIL E FETAL
DE MG - CEPMMIF

COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA, INFANTIL E FETAL DE MG - CEPMMIF

PRONTUÁRIO MÉDICO,
SIGILO E
RESOLUÇÃO 2.171/2017

Cons.^a Cláudia Navarro Carvalho Duarte Lemos
1ª Secretária do CRM-MG



PRONTUÁRIO MÉDICO

COMITÊ DE PREVENÇÃO
DE INFECÇÕES

CEPMMIF-MG



RESOLUÇÃO CFM nº 2.056/2013

(Publicada no D.O.U. de 12 nov. 2013, Seção I, p. 162-3)

(Nova redação do Anexo II aprovada pela Resolução CFM n. 2073/2014)

Disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina, estabelece critérios para a autorização de funcionamento dos serviços médicos de quaisquer naturezas, bem como estabelece critérios mínimos para seu funcionamento, vedando o funcionamento daqueles que não estejam de acordo com os mesmos. Trata também dos roteiros de anamnese a serem adotados em todo o Brasil, inclusive nos estabelecimentos de ensino médico, bem como os roteiros para perícias médicas e a organização do prontuário de pacientes assistidos em ambientes de trabalho dos médicos.

COMISSÃO
ESTADUAL
DE FISCALIZAÇÃO
DO CONSELHO
REGIONAL DE
MEDICINA

CEPMMIF-MG



RESOLUÇÃO CFM Nº 2.153/2016

(Publicada no D.O.U. em 18 de setembro de 2017, Seção I, p. 87)

Altera o anexo I da [Resolução CFM nº 2.056/2013](#) e dispõe sobre a nova redação do manual de vistoria e fiscalização da medicina no Brasil. Altera o texto do anexo II – Da anamnese das prescrições e evoluções médicas – da [Resolução CFM nº 2.057/2013](#), publicada no D.O.U. de 12 de nov. de 2013, Seção I, p. 165-171 e revoga o anexo II da Resolução CFM nº 2.056/2013, publicada no D.O.U. de 12 de novembro de 2013, Seção I, p. 162-3 e o anexo II da [Resolução CFM nº 2073/2014](#) publicada no D.O.U. de 11 de abril de 2014, Seção I, p. 154.

COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO

CEPMMIF-MG

PRONTUÁRIO MÉDICO

RESOLUÇÃO 2.153/2016

Art. 5º O artigo 51, do anexo I, da Resolução CFM nº 2.056/2013 e as alíneas “a” a “m”, do item II, do anexo II - DA ANAMNESE DAS PRESCRIÇÕES E EVOLUÇÕES MÉDICAS – da Resolução CFM nº 2.057/2013, passam vigorar com a seguinte redação:

Art. 51. Para obedecer ao disposto no art. 87 do Código de Ética Médica e seus parágrafos, o registro em prontuário deve, no mínimo, conter os seguintes dados:

1- Anamnese, onde deve constar:

a) Identificação do paciente: nome, idade, data de nascimento, filiação, estado civil, raça, sexo, religião, profissão, naturalidade, endereço e telefone;

b) Queixa principal: descrição sucinta da razão da consulta;

c) História da doença atual: relato do adoecimento, início, principais sinais e sintomas, tempo de duração, forma de evolução, consequências, tratamentos realizados, internações, outras informações relevantes;

COM-ESTADUAL-DE-REVISTA

CEPMMIF-MG

PRONTUÁRIO MÉDICO

RESOLUÇÃO 2.153/2016

d) História familiar: doenças pregressas na família, estado de saúde dos pais, se falecidos, a idade e a causa, principal ocupação dos pais, quantos filhos na prole, forma de relacionamento familiar, nas avaliações psiquiátricas registrar a existência de doença mental na família;

e) História pessoal: informações sobre sua gestação e doenças intercorrentes da mãe durante a gestação, doenças fetais, parto eutócico ou distócico, condições de nascimento, evolução psicomotora com informações sobre idade em que falou e deambulou; doenças intercorrentes na infância, ciclo vacinal, aprendizado na escola, sociabilidade em casa, na escola e na comunidade; trabalho, adoecimento no trabalho, relações interpessoais na família, no trabalho e na comunidade; puberdade, vida sexual e reprodutiva, menopausa e andropausa; se professa alguma religião e qual; doenças preexistentes relacionadas ou não ao atual adoecimento; situação atual de vida;

COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

CEPMMIF-MG

PRONTUÁRIO MÉDICO

RESOLUÇÃO 2.153/2016

f) Revisão por sistemas com interrogatório sucinto sobre pele e anexos, sistema olfatório e gustativo, tato, visual e auditivo, cardiocirculatório e linfático, osteomuscular e articular, gênito-urinário e neuroendócrino e psíquico;

2) Exame físico

3) Exame do estado mental (para a psiquiatria e neurologia): senso-percepção, representação, conceito, juízo e raciocínio, atenção, consciência, memória, afetividade, volição e linguagem;

4) Hipóteses diagnósticas: possíveis doenças que orientarão o diagnóstico diferencial e a requisição de exames complementares;

5) Exames complementares: exames solicitados e registro dos resultados (ou cópia dos próprios exames);

6) Diagnóstico: de acordo com o CID da Organização Mundial da Saúde em vigor;

COM-ESTAD-AL-DE-REVEN-CAO

CEPMMIF-MG



PRONTUÁRIO MÉDICO

RESOLUÇÃO 2.153/2016

- 7) Conduta: terapêutica instituída e encaminhamento a outros profissionais;
- 8) Prognóstico: quando necessário por razões clínicas ou legais;
- 9) Sequelas: fundamentação para prescrições específicas como órteses e próteses e, materiais especiais;
- 10) Causa da morte.

COM-
MUNICA-
ÇÃO
SUS
TÁVEL
E
PRE-
VEN-
TIVO

CEPMMIF-MG

Unidade Funcional Ginecologia, Obstetrícia e Neonatologia

Linha de Alerta Linha de Ação

De Lado
De Frente

5 -3
4 -2
3 -1
2
1
0
-1
-2
-3
-4
-5

7 8 9 10 11 12 13 14

registro: 140 bcf

menor registro: 125 bcf

Observações

- 

PRONTUÁRIO MÉDICO RESOLUÇÃO 2.153/2016

[RESOLUÇÃO CFM Nº 1.821/2007](#)

(Publicada no D.O.U. de 23 nov. 2007, Seção I,
pg. 252)



COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO
DE INFÂNCIA

CEPMMIF-MG



PRONTUÁRIO MÉDICO

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO CFM Nº 1.821/2007

(Publicada no D.O.U. de 23 nov. 2007, Seção I, pg. 252)

Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.

COM-
MUNICAÇÃO
ESTADO
DE
SAÚDE
PÚBLICA
DE
MINAS
GERAIS

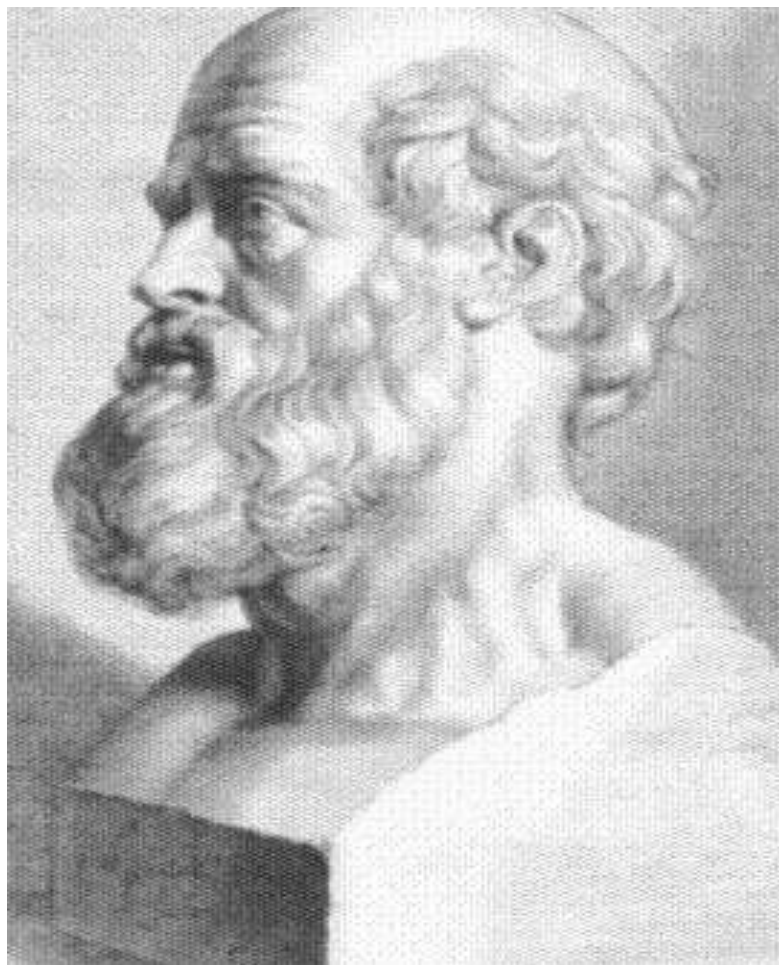
CEPMMIF-MG

SIGILO MÉDICO

COMITÊ
ESTADUAL
DE PREVENÇÃO
DE INFÂNCIA

CEPMMIF-MG

Princípio do Sigilo Hipócrates



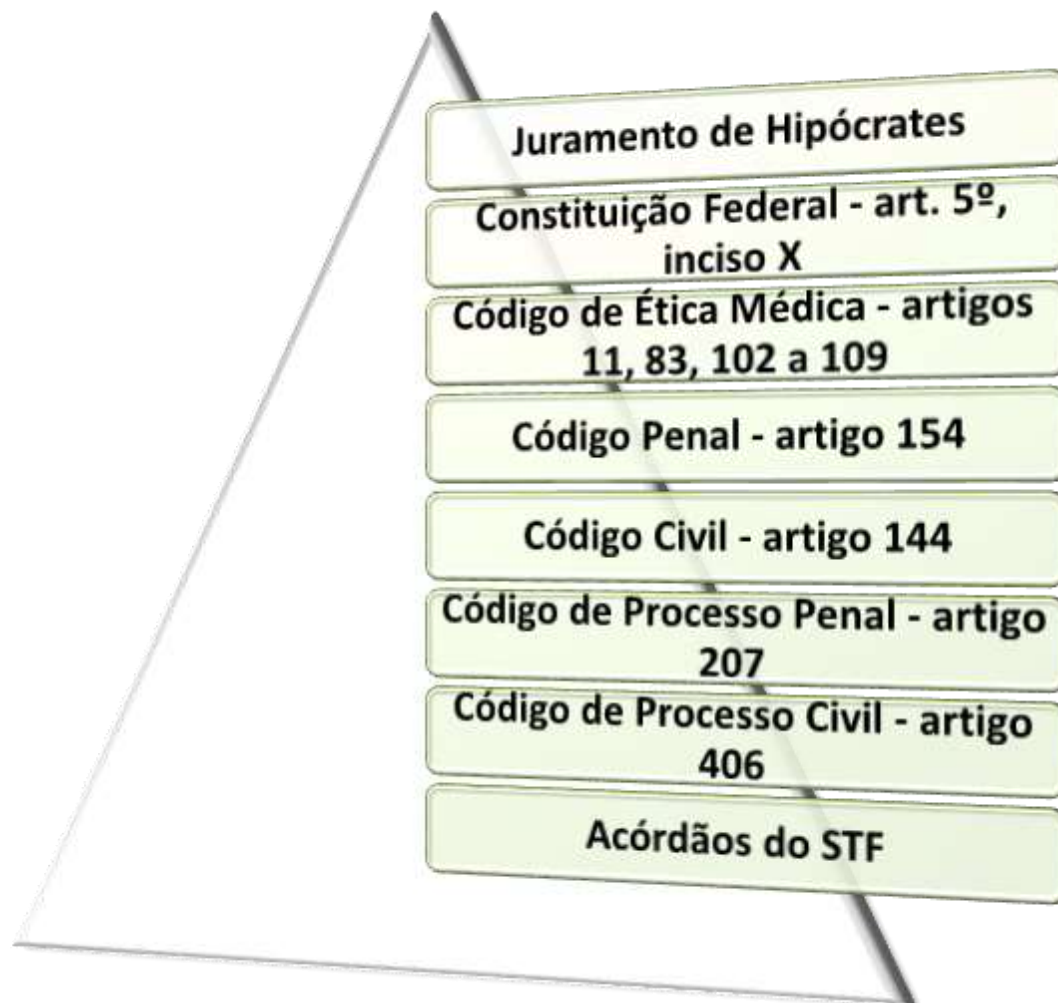
COMITÊ ESTADUAL DO PREVENIMENTO
DE INFÂNCIAS

CEPMMIF-MG

“Prometo que, ao exercer a arte de curar, mostrar-me-ei sempre fiel aos preceitos da honestidade, da caridade e da ciência.

Penetrando no interior dos lares, meus olhos serão cegos, minha língua calará os segredos que me forem revelados, o que terei como preceito de honra.

Nunca me servirei da minha profissão para corromper os costumes ou favorecer o crime. Se eu cumprir este juramento com fidelidade, goze eu para sempre a minha vida e a minha arte com boa reputação entre os homens; se o infringir ou dele afastar-me, suceda-me o contrário”.



Parecer CFM n.º 22/2000 - Ementa

É dever ético e legal o médico manter sigilo quanto ao prontuário do paciente, só o podendo revelar com autorização expressa deste ou seu representante legal. (...)

A requisição, mesmo judicial, que implique retirada do prontuário do hospital, constitui coação ilegal

Princípio do Sigilo

**Acórdão do Supremo Tribunal Federal
HC 39.308-SP - Ministro Pedro Chaves**

Segredo profissional

Constitui constrangimento ilegal a exigência de revelação de sigilo e participação de anotação constante das clínicas e hospitais. Habeas Corpus concedido

COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE RISCOS

CEPMMIF-MG

Constituição Federal Artigo 5º

**X - são invioláveis a
intimidade, a vida
privada, a honra e a
imagem das pessoas,
assegurado o direito à
indenização pelo dano
moral ou material
decorrente de sua
violação**

COMISSÃO DE ÉTICA E CONDUCTA

CEPMMIF-MG

Princípio do Sigilo

Acórdão do Supremo Tribunal Federal Rec. Ext. n.º 91.218 - Min. Djaci Falcão

A apresentação do prontuário e anotações só tem cabimento quando consentida pelo paciente, ou quando não for em detrimento deste, e, ainda, com a ressalva de que tais documentos devem ser apenas postos à disposição para perícia médica sob sigilo processual.

COMITÊ DE ÉTICA E DEBATE

CEPMMIF-MG

Princípio do Sigilo

Código de Ética Médica

É vedado ao médico:

Art. 73 - Revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por justa causa, dever legal ou autorização expressa do paciente.

Observação - Mesmo que o paciente tenha falecido.

Em caso de depoimento o médico comparece e declara seu impedimento.

COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

CEPMMIF-MG

Código de Ética Médica

Capítulo IX SIGILO PROFISSIONAL

É vedado ao médico

Art. 74. Revelar sigilo profissional relacionado a paciente menor de idade, inclusive a seus pais ou representantes legais, desde que o menor tenha capacidade de discernimento, salvo quando a não revelação possa acarretar dano ao paciente.

Art. 77. Prestar informações a empresas seguradoras sobre as circunstâncias da morte do paciente sob seus cuidados, além das contidas na declaração de óbito.

DISCUSSÃO

TESTEMUNHA EM JUÍZO

- É VEDADO AO MÉDICO SER TESTEMUNHA DE SEU PRÓPRIO PACIENTE (CEM)

PRONTUÁRIO – GUARDA – ANOTAÇÕES – EQUIPE MULTIDISCIPLINAR – REQUISIÇÃO DE AUTORIDADE

- (MODELO DA SANTA CASA)

FICHAS DE CONSULTÓRIO

- EXAMES COMPLEMENTARES, MÉDICO FALECIDO

Resolução CFM 2.171/2017

COMISSÃO DE ESTUDOS E AVALIAÇÃO DE PREVENÇÃO

CEPMMIF-MG



RESOLUÇÃO CFM nº 2.171/2017

Publicada no D.O.U. de 08 Jan 2018, Seção I, p.91

Regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

COMISSÃO DE REVISÃO DE ÓBITO

CEPMMIF-MG

As Comissões de Revisão de Óbito passaram a ser obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA) do País. A exigência está prevista na Resolução CFM nº 2.171/2017, que também prevê a adequação das já existentes às novas regras. A norma aprovada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) foi publicada no Diário Oficial da União.

Com a nova determinação, o objetivo da autarquia é estabelecer protocolos preventivos e terapêuticos e diminuir o número de óbitos, com a análise do perfil epidemiológico deles, o esclarecimento das condutas adotadas pelos profissionais de saúde e a correção de fluxos, quando necessário.

COMISSÃO DE REVISÃO DE ÓBITO

CEPMMIF-MG

A Resolução aprovada pelo Plenário leva em conta ainda a existência da Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimentos de Causas Mortis, além da obrigatoriedade da Comissão para o processo de contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde, determinada em portaria do MS.

Composição – A nova Resolução CFM prevê que essas comissões deverão compostas por no mínimo três membros, sendo médico, enfermeiro e outro profissional da área de saúde. Caso seja integrada por mais de três membros, a norma limita a composição ao máximo de dois enfermeiros e 3 três médicos. Quanto ao outro profissional da saúde, o texto restringe a formação a um representante por profissão. Já a coordenação da Comissão de Revisão de Óbito será obrigatoriamente conduzida por um médico.

A Resolução também trata sobre a análise da atuação do profissional que assistiu ao paciente falecido. O Conselho definiu que “não compete ao médico membro da Comissão de Revisão de Óbitos emitir juízo de valor em relação à imperícia, imprudência ou negligência”. De acordo com o texto, “essa competência é exclusiva dos Conselhos de Medicina”.

COMISSÃO DE REVISÃO DE ÓBITO

CEPMMIF-MG

Ao médico membro da Comissão, o texto estabelece que a análise da conduta do profissional que assistiu o paciente “deve se limitar a elaborar relatório conclusivo de forma circunstancial, exclusivamente dos fatos analisados”. O Conselho obriga inclusive aos membros da Comissão a manutenção da privacidade e confidencialidade, além do sigilo das informações contidas no prontuário em análise.

A Resolução traz diversas orientações sobre o exercício das Comissões de Revisão de Óbito, como a responsabilidade do diretor técnico da implantação, na instituição, de medidas corretivas necessárias para a melhora no percentual de óbitos. O texto traz também uma vedação quanto aos termos usados nos processos de análise dos casos. A norma do Conselho veda a utilização da expressão “morte evitável” para os casos de óbitos que necessitem de esclarecimentos quanto às condutas adotadas pelos profissionais. “Estes casos devem ser classificados como óbito a esclarecer”, orienta o Conselho.

COMISSÃO DE REVISÃO DE ÓBITO

CEPMMIF-MG

Obrigada!

Cons.^a Cláudia Navarro Carvalho Duarte Lemos
1^a Secretária do CRM-MG

COMITÊ
ESTADUAL
DE PREVENÇÃO
DE DOENÇAS

CEPMMIF-MG